



KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
Edifício Monumental
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 8º
1069-006 Lisboa – Portugal
Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A.** (a Entidade), que compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2016 que evidencia um total de 10.126.859.075 euros e um total de capital próprio de 466.766.117 euros, incluindo um resultado líquido de 49.111.159 euros, a demonstração dos resultados, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira da **Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A.** em 31 de Dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector Segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.



Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Mensuração dos instrumentos financeiros (incluindo o reconhecimento de imparidade)

Em 31 de Dezembro de 2016, as carteiras de activos financeiros detidos para negociação, de activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas, de activos financeiros disponíveis para venda e de investimentos a deter até à maturidade totalizam 6.383.357 euros, 4.565.010.433 euros, 4.699.154.085 euros e 381.010.347 euros, respectivamente, conforme notas 15, 16, 17 e 19 às demonstrações financeiras.

O risco

As carteiras de activos financeiros acima referidas, representam cerca de 95% do activo da Entidade a 31 de Dezembro de 2016.

De acordo com a política contabilística que se encontra detalhada na alínea d) da nota II.1 às demonstrações financeiras, excepto quanto aos investimentos a deter até à maturidade que se encontram mensurados ao custo amortizado líquido de perdas por imparidade, a mensuração destas carteiras encontra-se ao justo valor.

O justo valor para maioria dos activos que compõem estas carteiras é determinado directamente com referência a um mercado oficial activo ou através de *price providers* ou ainda, através de modelos de avaliação suportados por variáveis de mercado observáveis conforme divulgado nas notas 15, 16 e 17. Conforme referido na nota 34 às demonstrações financeiras o justo valor depende de factores como a liquidez, condições económicas e taxas de juro praticadas no mercado, entre outros.

A nossa resposta ao risco identificado

Os procedimentos de auditoria, entre outros, foram:

- Avaliação do desenho e implementação dos principais controlos efectuados pela Entidade ao nível da mensuração das suas carteiras de activos financeiros e teste à eficácia operacional dos referidos controlos numa base de amostragem.
- Teste à valorização das carteiras de activos financeiros, com vista a aferir da razoabilidade do justo valor reconhecido pela Entidade.
- Testes para avaliar eventuais perdas por imparidade.
- Avaliação das divulgações efectuadas pela Entidade, de acordo com o normativo contabilístico aplicável.

<p>A Entidade determina que existe imparidade nos seus activos financeiros disponíveis para venda e investimentos a deter até à maturidade nos termos detalhados na nota II.2 às demonstrações financeiras.</p>	
---	--

<p>Provisões técnicas e responsabilidades relativas a contratos de investimento</p>	
<p>Em 31 de Dezembro de 2016, as Provisões Técnicas e as Responsabilidades relativas a contratos de investimento, ascendem a 4.535.651.084 euros e 4.917.536.408 euros, respectivamente, e representam, cerca de 47% e 51% respectivamente, do Passivo.</p>	
<p>O risco</p> <p>A Entidade procede, em cada data de balanço, à mensuração das suas responsabilidades com provisões técnicas e com contratos de investimento tendo por base métodos actuariais reconhecidos nos termos da legislação em vigor aplicável.</p> <p>Esta é uma área que envolve um grau de julgamento significativo por parte do Conselho de Administração da Entidade sobre resultados futuros incertos, nomeadamente (i) o valor total estimado de responsabilidades de longo prazo para com os segurados (o qual depende de um amplo conjunto de pressupostos económicos e de negócios usados como <i>inputs</i> para estimar esses passivos de longo prazo) e (ii) o rendimento futuro esperado das carteiras de investimentos afectos à cobertura dessas responsabilidades. Conforme divulgado na nota II.2, metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderiam resultar num nível diferente de provisões técnicas e de responsabilidades associadas a contratos de investimento.</p>	<p>A nossa resposta ao risco identificado</p> <p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho e implementação dos principais controlos efectuados pela Entidade</p> <p>Adicionalmente, efectuámos testes substantivos os quais compreenderam, entre outros: (i) análise da adequação dos pressupostos utilizados na determinação das responsabilidades; (ii) análise da adequação das provisões matemáticas e responsabilidades associadas a contratos de investimento; (iii) análise da adequação das provisões para sinistros; (iv) análise da adequação da provisão para participação nos resultados atribuída e a atribuir tendo em consideração o estabelecido nas condições contratuais de cada produto.</p>



Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector Segurador, estabelecidos pela ASF;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares, aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e,
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das actividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos cepticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detectar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;



- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas actividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas actividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transacções e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, excepto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorrecções materiais.





Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados auditores estatutários da Entidade pela primeira vez em 2006, para um mandato de 2006 a 2008. O actual mandato em curso termina com a conclusão da auditoria às demonstrações financeiras de 2017.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o cepticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade em 27 de Março de 2017.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.
- Informamos que, para além da auditoria, prestámos à Entidade os seguintes serviços permitidos pela lei e regulamentos em vigor:
 - Realização do trabalho conducente à Emissão do Relatório de conclusões factuais do Revisor Oficial de Contas nos termos do n.º 1 do artigo 4.º da Norma Regulamentar nº 5/2016-R, de 12 de Maio, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões;
 - Relatório do Revisor Oficial de Contas sobre os Sistemas de Gestão de Riscos e de Controlo Interno; e,
 - Prestação de serviços de consultoria fiscal, contratados em 2015 mas concluídos e facturados em 2016.

Lisboa, 27 de Março de 2017

KPMG & Associados,
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
Inês Maria Bastos Viegas Clare Neves (ROC n.º 967)